



Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecária – EMBRAPA
Vinculada ao Ministério da Agricultura
Unidade de Execução de Pesquisa de Âmbito Estadual de Teresina

V SEMINÁRIO DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO PIAUÍ

UEPAE de Teresina
Teresina, PI
1988

EMBRAPA-UEPAE de Teresina, Documentos, 9.

Exemplares desta publicação deverão ser solicitados à:
Unidade de Execução de Pesquisa de Âmbito Estadual de Teresina
Av. Duque de Caxias, 5650
Caixa Postal 01
CEP 64035 Teresina, PI

Tiragem: 1.000 exemplares

COORDENAÇÃO GERAL

Valderi Vieira da Silva

COMISSÃO TÉCNICA

Paulo Henrique Soares da Silva – Coordenador
Eneide Santiago Girão
José Alcimar Leal
Marcos Emanuel da Costa Veloso

DATILOGRAFIA

Francisco de Souza Rodrigues
Francisco Jacinto Vasconcelos de Carvalho

Seminário de Pesquisa Agropecuária do Piauí. 9, Teresina, 1988.
Anais do V Seminário de Pesquisa Agropecuária do Piauí. Teresina,
EMBRAPA-UEPAE de Teresina, 1988.
226p. (EMBRAPA-UEPAE de Teresina, Documentos, 9).
1. Agricultura – Pesquisa – Congresso – Brasil – Piauí. 2. Agropecuária – Pesquisa – Congresso – Brasil – Piauí. I. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Unidade de Execução de Pesquisa de Âmbito Estadual de Teresina, PI. II. Título. III. Série.

CDD. 630.72098122

ASPECTOS DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO PIAUÍ

VALDERI VIEIRA DA SILVA¹.

RESUMO - Com base em dados censitários de 1970 e 1980, o presente estudo analisa alguns aspectos da estrutura fundiária no estado do Piauí. A análise foi feita por microrregiões homogêneas e para o Estado como um todo. A metodologia utilizada foi, basicamente, a análise tabular e o índice de Gini da desigualdade entre e dentro dos estratos de área. A estrutura de distribuição da terra no Estado é caracterizada por uma elevada e crescente concentração ao nível dos maiores estratos de área, em contraposição ao excessivo processo de fragmentação dos pequenos estabelecimentos. As medidas de desigualdades da distribuição da posse da terra, em 1970 e 1980, indicam uma concentração crescente da terra na maioria das microrregiões homogêneas.

INTRODUÇÃO

O estado do Piauí caracteriza-se por uma acentuada dependência do setor primário da economia, em cuja agricultura há prevalência de formas tradicionais de organização da produção, com relações sociais de produção não-capitalistas, notadamente a parceria e o arrendamento.

Além dos aspectos históricos, a organização agrária piauiense é resultante de fatores naturais, sócio-culturais, físicos e ambientais que definem as estruturas e o regime de exploração da terra de maneira diferenciada. Em algumas regiões do estado predominam os pequenos estabelecimentos, com uso intensivo de mão-de-obra, ao passo que em outras há predominância de grandes áreas com baixos índices de densidade populacional.

No processo histórico de colonização, formação e transformação da economia agrícola do estado do Piauí, a estrutura fundiária concentracionista tem-se constituído numa relevante causa geradora de tensões sociais no meio rural piauiense. O Piauí foi colonizado através da luta armada pela posse da terra. O combate aos índios e a existência em abundância de terras e pastos naturais constituíram os principais fatores que motivaram as conquistas das terras do Estado (Adad & Lima, 1987).

Rocha (1988), referindo-se a estrutura de distribuição da terra no Piauí, concluiu que a pecuária extensiva e o extrativismo foram caracterizados pela grande propriedade e não pela grande exploração. Acrescenta o autor que o sistema de propriedade da terra se definiu em função, basicamente, dessas duas atividades, com destaque para a criação extensiva de gado de corte. Além desses fatores, outros processos e mecanismos contribuíram para a concentração da posse da terra no Piauí, merecendo destaque a grilagem e a alienação de grandes extensões de terras pertencentes ao Estado.

A realidade fundiária do Piauí não é fruto de um processo aleatório. As diferentes formas de exploração econômica do território piauiense condicionaram historicamente o quadro geral de seu regime fundiário, o qual tem como característica marcante, por um lado, a consolidação definitiva da grande propriedade e, por outro, o acentuado fracionamento das pequenas unidades agrícolas de produção. Assim, a estrutura deformada da propriedade rural, ao lado de outros fatores, tem sido a causa principal da baixa rentabilidade da terra e da pobreza do homem no campo, a qual permanece como obstáculo menor à grande agricultura e maior à agricultura de baixa e média renda.

Segundo Lange (1967), uma distribuição desigual da posse e do uso da terra acompanha a mesma tendência concentracionista da distribuição da renda, trazendo dois principais aspectos indesejáveis para a economia. Por um lado, impede o crescimento do mercado de bens industriais de consumo e, por outro, limita qualitativa e quantitativamente a utilização da terra no processo produtivo.

Silva et al. (1986) analisando a estrutura fundiária e a distribuição da renda do setor agropecuário, utilizando a forma simplificada da equação de Pareto, concluíram que existe uma relação causal entre a posse da terra e a obtenção da renda no estado do Piauí.

A análise de todos esses fatores – estrutura fundiária, regime de exploração e utilização da terra e relações sociais de produção – está estreitamente vinculada aos instrumentos de apoio à agropecuária, notadamente, à geração de tecnologia, à assistência técnica e extensão rural, bem como ao crédito rural. Estes ins-

¹ Eng. - Agr., M.Sc., em Economia Rural, EMBRAPA/UEPAE de Teresina, Caixa Postal 01, CEP 64035 Teresina, PI.

trumentos de política agrícola não seriam eficientes se planejados e executados na ausência de estudos da organização agrícola. Assim sendo, ressalta-se a importância do presente estudo como elemento básico para o planejamento e execução de uma política agrícola voltada para os interesses econômicos e sociais da população rural.

O objetivo principal deste estudo é analisar a concentração fundiária piauiense, através do índice de Gini e percentagem da área total, colocando em evidência as diferenças de concentração por microrregiões homogêneas (MRH). Como objetivo secundário, o presente trabalho se propõe a fazer uma análise da participação dos estabelecimentos agropecuários em diferentes estratos de área.

MATERIAL E MÉTODOS

A área de estudo é o estado do Piauí, compreendendo as suas onze MRH. Os dados utilizados foram obtidos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Fundação IBGE), relativos aos censos agropecuários de 1970 e 1980. A análise foi feita com base em "estabelecimento agropecuário", tanto para as MRH como para o Estado em conjunto. O censo levanta os estabelecimentos enquanto unidade de produção, ou seja, considera-se estabelecimento agropecuário todo o terreno, de área contínua, independente do tamanho, formado de uma ou mais parcelas confinantes, subordinado a um único produtor, onde se processa uma exploração agropecuária.

Vários índices de desigualdade podem ser utilizados para fornecer informações sobre o grau de concentração e/ou dispersão de aspectos da organização agrícola. Para este estudo utilizou-se a razão de concentração de Gini, a qual é bastante usada em análise de concentração fundiária.

O índice de Gini referente à desigualdade entre os estratos (o índice de Gini para uma distribuição da terra onde se dentro dos estratos houvesse perfeita igualdade na sua distribuição) é determinado pela seguinte expressão:

$$G_e = 1 - \sum_{h=1}^k (\theta_{h-1} + \theta_h) \pi_h \quad (1)$$

onde G_e é a razão de concentração de Gini referente à desigualdade entre os estratos; k é o número de estratos, θ_h correspondente a proporção acumulada da área até o h -ésimo estrato; e π_h é a proporção de estabelecimentos no h -ésimo estrato.

Segundo Hoffmann (1979), na estimativa de medidas de concentração, pode-se chegar a uma subestimação do grau de desigualdade real quando são omitidas as desigualdades dentro dos estratos. Sendo assim, apresentou um método para se estimar a desigualdade dentro dos estratos, definindo o índice de Gini como a soma das desigualdades entre os estratos (G_e) e dentro dos k estratos:

$$G = G_e + \sum_{h=1}^k \pi_h Y_h G_h \quad (2)$$

onde G é o coeficiente de concentração quando se considera a desigualdade entre e dentro dos estratos; G_e é o índice de Gini referente à desigualdade entre os estratos, ou seja, seria o índice de Gini para a distribuição da área nos estabelecimentos se dentro dos estratos a área tivesse uma distribuição equitativa; G_h é o índice de Gini referente à desigualdade dentro do h -ésimo estrato (G_h ; $h=1, \dots, k$); e Y_h é a proporção da área no h -ésimo estrato.

A análise da concentração fundiária, no presente estudo, será efetuada através do índice de Gini, com base nos padrões de concentração, a seguir, apresentados por Mesquita (1979):

- a) concentração baixa, em termos da região de Cerrado: $0,58 \leq G \leq 0,67$;
- b) concentração média: $0,68 \leq G \leq 0,80$;
- c) finalmente, o padrão de concentração que representa a distribuição menos equitativa (classificando de concentração alta): $0,81 \leq G \leq 0,95$.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A evolução da concentração fundiária no Piauí

As formas de exploração econômica do espaço piauiense condicionaram, historicamente, a formação geral do seu regime fundiário. Destarte, à evolução da estrutura fundiária e à intensidade de uso da terra no Estado, estão relacionadas, principalmente, com o desenvolvimento da pecuária extensiva e do extrativismo, que exigiram a formação e a manutenção de grandes latifúndios. Neste sentido, o que sempre caracterizou a pecuária e o extrativismo foi a grande propriedade e não a grande exploração. Assim, o sistema de propriedade da terra se definiu, basicamente, em função dessas atividades, com destaque para a pecuária extensiva, que gerou uma estrutura de distribuição da terra altamente desigual. Entretanto, à medida que se consolidavam como atividades dominantes para a organização sócio-econômica do Estado, necessitavam cada vez mais da incorporação de uma outra atividade essencial – a agricultura de subsistência. Desta forma, nas regiões central e meridional do Estado, onde, historicamente, houve maior concentração do latifúndio pecuarista, a agricultura de subsistência desenvolveu-se através dessas formas de organização da produção – pecuária extensiva/extrativismo.

Os fatores naturais (climáticos, hidrológicos e ecológicos), aliados a processos históricos e sócio-culturais da organização agrária, são responsáveis pelas variações na estrutura fundiária no Piauí. Assim, a concentração do acesso ao uso da terra não se apresentou de maneira uniforme em todo o espaço piauiense, variando de intensidade de uma área geoeconômica para outra. Para algumas MRH, a concentração foi bem mais forte, ao passo que para outras o índice de Gini chegou a ter um pequeno decréscimo, não chegando, entretanto, a uma desconcentração do acesso ao uso da terra.

Nas Tabelas 1 e 2, com base nas informações dos censos agropecuários de 1970 a 1980, são apresentadas medidas de desigualdades da distribuição da posse da terra no Piauí.

O índice de Gini teve um pequeno decréscimo nas seguintes MRH: Teresina, Médio Parnaíba e Baixões Agrícolas, e cresceu nas demais. A alteração mais expressiva é o acréscimo do índice de Gini na MRH Alto Parnaíba Piauiense, onde a percentagem da área total, correspondente aos 50% menores, decresce de 2,2% para 0,7%, indicando um significativo aumento de desigualdade. Por outro lado, a percentagem da área total, correspondente aos 5% maiores, cresce de 50,8% para 72,3%.

Para o Estado como um todo, no período analisado, a desigualdade da distribuição da posse da terra apresenta-se, praticamente, estável, com índice de Gini em torno de 0,89 e percentagem da área total correspondente aos 50% menores próxima de 1%. Para a percentagem da área total correspondente aos 5% maiores, houve um pequeno aumento de desigualdade, passando de 71,3% para 74,0% (Tabelas 1 e 2).

TABELA 1. Índice de Gini referente à desigualdade da distribuição da posse da terra no Piauí e nas suas microrregiões homogêneas. Piauí, 1970-1980.

Microrregiões homogêneas (MRH)	Índice de Gini	
	1970	1980
- Baixo Parnaíba Piauiense	0,922	0,928
- Campo Maior	0,914	0,916
- Teresina	0,929	0,920
- Médio Parnaíba Piauiense	0,893	0,884
- Valença do Piauí	0,908	0,919
- Floriano	0,887	0,913
- Baixões Agrícolas Piauienses	0,791	0,777
- Alto Parnaíba Piauiense	0,794	0,891
- Médio Gurguêia	0,894	0,939
- Altos Piauí e Canindé	0,787	0,815
- Chapadas do Extremo Sul Piauiense	0,737	0,768
Estado	0,892	0,898

Fonte: Dados básicos da pesquisa (Fundação IBGE 1972-1983).

Segundo os padrões de concentração fundiária apresentados por Mesquita (1979), e considerando o ano de 1980 (Tabela 1), verifica-se que, em nove das MRH, a terra apresenta uma distribuição altamente concentrada ($0,815 \leq G \leq 0,939$), enquanto as duas outras – Baixões Agrícolas e Chapadas do Extremo Sul – apresentam uma concentração média ($0,777 \leq G \leq 0,768$).

A distribuição da terra por estratos de área

A estrutura da distribuição da terra no Piauí é marcada, por um lado, pela fragmentação dos pequenos estabelecimentos e, por outro, pelo acréscimo de absorção de terras nos grandes estabelecimentos, formando, desta forma, um padrão bem representativo da coexistência do grande e do pequeno estabelecimento rural, em todas as MRH.

Com base nas informações dos censos agropecuários de 1970 e 1980, analisa-se no tocante ao conjunto do Estado bem como à MRH, mais detalhadamente, o comportamento dos dois grupos extremos de estabelecimentos, ou seja, aquele grupo situado na faixa de 0 a 50 ha, e o situado na classe acima de 1.000 hectares.

Como mostram as Tabelas 3 e 4, o primeiro grupo em 1970 representava 86,3% em relação ao número de estabelecimentos existentes, ocupando apenas 11,2% do espaço total dos estabelecimentos. Ao final do período em estudo, ou seja, em 1980, esse mesmo grupo passou a representar 87,1% do número de estabelecimentos e 11,3% do espaço total. Para o período em análise, praticamente, não houve alteração na área média dos estabelecimentos. Entretanto, a área média de 5,8 ha/estabelecimentos, em 1980, compromete sobremaneira a viabilidade econômica da atividade agropecuária, sobretudo quando se considera a natureza extensiva da agricultura no Estado, na qual os aumentos da produção se verificam pela incorporação de novas áreas.

Segundo o censo agropecuário (Fundação IBGE 1983), para os estabelecimentos com menos de 50 ha, as MRH: Baixo Parnaíba Piauiense, Campo Maior, Teresina, Médio Parnaíba Piauiense e Valença do Piauí apresentam uma excessiva fragmentação, onde mais de 90% dos seus estabelecimentos estão situados na faixa de 0 - 50 ha, ocupando em torno de 13% da área e com tamanho médio não superior a 4,1 ha/estabelecimento. Essas cinco MRH estão situadas nas regiões norte e centro do Estado, onde se verifica maior densidade populacional e exploração econômica mais intensiva, que pode resultar numa mais forte pressão sobre a terra. Nas demais MRH situadas na região sul do Estado, menos povoadas e economicamente pouco exploradas, ocorrem menos conflitos pela posse e uso da terra.

O segundo grupo, formado pelos grandes estabelecimentos, concentra a maior parte das terras. Em 1970, os estabelecimentos de tamanho acima de 1.000 ha controlavam 0,6% do número total e concentravam 36,2% do espaço fundiário total; em 1980, eles permaneceram iguais em número (0,6%), mas ampliaram seus domínios chegando a deter 42,1% da área, o que evidencia um processo crescente de latifundização. Com relação

TABELA 2. Percentagem da área total correspondente aos estabelecimentos agropecuários menores do que a mediana (50^-) e aos 5% maiores (5^+), no Piauí e nas suas microrregiões homogêneas.

Microrregiões homogêneas (MRH)	50^-		5^+	
	1970	1980	1970	1980
Baixo Parnaíba Piauiense	1,5	1,6	81,6	85,2
Campo Maior	1,1	1,4	76,5	80,1
Teresina	1,3	1,4	83,7	80,9
Médio Parnaíba Piauiense	2,1	2,3	75,3	73,7
Valença do Piauí	1,0	1,3	75,1	80,5
Floriano	0,9	0,8	70,1	77,6
Baixões Agrícolas Piauienses	4,5	4,4	58,0	53,2
Alto Parnaíba Piauiense	2,2	0,7	50,8	72,3
Médio Gurguéia	0,8	0,7	73,6	85,7
Altos Piauí e Canindé	3,9	3,1	55,1	60,3
Chapadas do Extremo Sul Piauiense	4,9	3,8	46,3	51,2
Estado	1,1	1,3	71,3	74,0

Fonte: Dados básicos da pesquisa (Fundação IBGE 1972-1983).

TABELA 3. Participação dos estabelecimentos agropecuários, segundo o número (1), a área (2) e a área média (3), por microrregiões homogêneas. Piauí, 1970.

Microrregiões homogêneas	Porcentagem e área média por estrato de área (*)																	
	0 - 50			50 - 100			100 - 200			200 - 500			500 - 1.000			1.000 e mais		
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3
Baixo Paraiba Piauiense	92,4	11,2	3,0	2,9	8,5	71,5	2,0	12,7	129,9	1,6	20,3	310,6	0,5	14,3	707,0	0,4	33,0	2.271,6
Campo Maior	88,5	8,5	3,7	4,3	7,7	68,7	3,1	11,2	139,6	2,6	20,9	304,4	0,9	16,4	678,2	0,6	35,3	2.289,9
Terresina	92,5	9,4	2,4	2,8	8,1	69,7	2,2	12,5	137,2	1,5	19,6	308,7	0,6	15,7	683,7	0,5	34,7	1.917,6
Médio Paraiba Piauiense	93,1	18,4	3,7	3,0	11,5	70,2	1,9	14,5	138,5	1,3	21,4	308,3	0,4	16,0	687,1	0,3	18,2	1.955,7
Valença do Piauí	88,8	11,2	4,7	4,5	8,4	68,5	3,3	12,4	138,6	2,2	17,9	296,3	0,6	10,6	701,9	0,4	39,5	2.685,1
Floriano	76,4	5,4	7,5	7,5	4,9	68,3	7,1	9,2	136,8	5,3	15,4	312,4	1,9	12,7	699,0	1,8	52,4	3.034,9
Baixões Agrícolas Piauienses	87,2	25,7	10,0	6,9	13,6	67,1	3,5	13,7	132,6	1,8	15,6	292,8	0,4	7,3	646,8	0,2	24,1	4.727,0
Alto Paraiba Piauiense	50,0	2,2	12,3	11,9	2,9	67,9	10,3	5,2	139,5	14,0	15,4	305,2	7,6	18,5	671,9	6,2	55,8	2.480,7
Médio Guruguá	74,6	5,0	8,3	10,6	5,7	67,0	5,7	6,5	141,2	5,1	12,7	309,8	1,7	9,6	715,2	2,3	60,5	3.267,3
Altos Piauí e Canindé	72,5	12,5	12,8	12,7	11,5	67,1	7,9	14,2	133,8	4,5	18,0	293,9	1,5	14,0	679,3	0,9	29,8	2.538,0
Chapadas do Extremo Sul Piauiense	49,8	4,9	14,6	17,5	8,0	68,4	14,5	13,2	135,3	12,2	23,8	293,5	3,8	17,0	658,2	2,2	33,1	2.235,4
Estado	86,3	11,2	5,7	5,7	8,8	68,2	3,8	11,8	136,5	2,7	18,3	301,3	0,9	13,7	681,7	0,6	36,2	2.788,9

Fonte: Censo Agropecuário do Piauí - Fundação IBGE 1972.

(*) Excluídos os estabelecimentos sem declaração de área.

(1) Número (%); (2) área (%); (3) área média (ha).

TABELA 4. Participação dos estabelecimentos agropecuários, segundo o número (1), a área (2) e a área média (3), por microrregiões homogêneas. Piauí, 1980.

Microrregiões homogêneas	Porcentagem e área média por estrato de área (*)																	
	0 - 50			50 - 100			100 - 200			200 - 500			500 - 1.000			1.000 e mais		
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3	1	2	3
Baixo Paraiba Piauiense	94,1	12,5	2,7	2,4	7,9	69,7	1,7	11,3	138,3	1,1	16,7	288,0	0,4	13,0	690,4	0,3	38,6	2.969,4
Campo Maior	90,9	9,8	3,5	3,2	6,7	68,6	2,5	10,8	137,2	2,1	19,9	306,1	0,8	15,5	679,3	0,5	37,6	2.234,1
Terresina	92,4	11,9	3,0	3,0	8,7	68,9	2,2	12,9	137,0	1,5	19,2	306,1	0,5	16,4	708,1	0,4	30,9	1.950,5
Médio Paraiba Piauiense	92,4	18,1	3,9	3,6	12,3	69,9	2,0	13,6	136,7	1,4	21,0	298,7	0,4	12,6	684,6	0,2	22,4	2.022,2
Valença do Piauí	91,2	11,0	4,1	3,3	6,7	69,3	2,6	10,8	137,3	1,9	16,8	306,7	0,6	12,1	666,9	0,4	42,6	3.027,9
Floriano	80,8	5,6	7,0	6,5	4,4	67,5	5,7	7,5	132,6	3,9	11,7	304,1	1,5	10,2	683,7	1,9	60,6	3.725,6
Baixões Agrícolas Piauienses	87,3	27,9	9,3	7,0	16,4	67,5	3,5	15,8	131,8	1,7	16,7	288,6	0,4	7,7	641,9	0,1	15,5	2.641,7
Alto Paraiba Piauiense	61,3	1,9	9,2	9,8	2,2	68,3	10,2	4,3	124,7	9,3	9,2	296,0	4,3	9,7	671,8	5,0	72,7	4.249,1
Médio Guruguá	78,1	3,5	8,7	8,0	2,8	67,7	6,1	4,2	134,1	4,1	6,2	290,9	1,7	5,9	676,7	2,0	77,4	7.345,9
Altos Piauí e Canindé	76,8	13,0	11,0	10,7	11,1	67,9	7,1	14,2	131,1	3,8	17,3	294,8	0,9	9,7	669,0	0,7	34,7	3.360,7
Chapadas do Extremo Sul Piauiense	59,7	6,9	13,3	14,8	8,0	68,4	13,2	14,9	130,5	8,0	20,6	299,7	2,7	15,5	663,1	1,6	33,3	2.280,9
Estado	87,1	11,3	5,8	5,4	8,2	68,4	3,7	11,1	133,4	2,4	15,9	299,4	0,8	11,4	675,3	0,6	42,1	3.202,3

Fonte: Censo Agropecuário do Piauí - Fundação IBGE 1983.

(*) Excluídos os estabelecimentos sem declaração de área.

(1) Número (%); (2) área (%); (3) área média (ha).

à área média, no primeiro ano foi de 2.788,9 ha, aumentando no segundo ano para 3.202,3 ha/estabelecimento, verificando-se, desta forma, nos elevados estratos, um acréscimo nas suas áreas incorporadas.

No período em análise, em quase todas as MRH, praticamente, não houve redução relativa do número dos grandes estabelecimentos, entretanto a quantidade de terras por eles apropriadas expandiu-se na maioria das MRH, aumentando os latifúndios tanto em tamanho global como médio. Destarte, ressalta-se o que ocorreu nas MRH de Floriano, Alto Parnaíba Piauiense, Médio Gurguéia e Chapadas do Extremo Sul Piauiense, as quais mostram evidências de uma mais intensa concentração de terras em relação às demais microrregiões. Assim, respectivamente, nessas quatro MRH, a expansão de terras concentradas, no estrato acima de 1.000 ha, passou de 534 mil para 883 mil ha; de 300 mil para 693 mil ha; de 225 mil para 526 mil ha; e de 199 mil para 536 mil ha. A expansão dos latifúndios nessas MRH, justifica-se, em grande parte, pela implantação de grandes projetos agropecuários.

Em resumo, observa-se que a estrutura fundiária no Piauí não se caracteriza somente através do complexo minifúndio/latifúndio. A ocupação do espaço rural do Estado se caracteriza, por um lado, pela coexistência do grande e do pequeno estabelecimento rural e, por outro, por uma grande diversificação de estabelecimentos com categorias dimensionais intermediárias (Tabelas 3 e 4).

CONCLUSÕES

Os resultados obtidos com o presente estudo mostram que a estrutura fundiária no Piauí é resultante, basicamente, de processos históricos e sócio-culturais; aliados a outros fatores - ecológicos e naturais - que contribuíram para a concentração da posse da terra no Estado. A análise evidencia que a estruturação fundiária teve como característica básica, por um lado, a consolidação da grande propriedade e, por outro, o acentuado fracionamento das pequenas unidades agrícolas. Assim, os dados censitários indicam que a distribuição da posse da terra sofreu alterações significativas, no período analisado, com intenso crescimento do número de minifúndios.

A estrutura de distribuição da terra no Estado, marcada pela fragmentação dos pequenos estabelecimentos e pelo acréscimo de absorção de terras nos grandes estabelecimentos, mostra uma tendência progressiva de polarização minifúndio - latifúndio. As áreas mais densamente habitadas tendem a exercer uma pressão sobre a terra, e, dado o baixo nível de capitalização, a pressão passa a ser mais forte sobre os menores estratos de área, aumentando, assim, o processo de fragmentação.

Finalmente, o índice de Gini, para o período 1970/1980, indicando a concentração crescente da terra na maioria das MRH, confirma a tendência geral de crescimento das dificuldades de posse e uso da terra no Estado.

REFERÊNCIAS

- ADAD, L.M.S. & LIMA, M. de G.F. Tensões no campo piauiense. **Carta CEPRO**, 12(1):43-53, 1987.
- FUNDAÇÃO IBGE, Rio de Janeiro, RJ. **Censo Agropecuário**, Brasil-1970. Rio de Janeiro, 1972.
- FUNDAÇÃO IBGE, Rio de Janeiro, RJ. **Censo Agropecuário**, Brasil-1980. Rio de Janeiro, 1983. v.2, t.3.
- HOFFMANN, R. Estimação da desigualdade dentro de estratos no cálculo do índice de Gini e da redundância. **Pesq. Plan. Econ.**, 2(3):719-38, 1979.
- LANGE, O. **Introdução à econometria**. 2. ed. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1967. 374p.
- MESQUITA, O.V. Organização agrária da região do cerrado. In: FUNDAÇÃO IBGE. **Região do Cerrado**; uma caracterização do desenvolvimento do espaço rural. Rio de Janeiro, 1979. p.13-88.
- ROCHA, J. A pequena produção rural no estado do Piauí. **Carta CEPRO**, 13(1):29-68, 1988.
- SILVA, V.V. da; RIBEIRO, V.Q.; FROTA, A.B. Análise da estrutura fundiária e da distribuição da renda no Piauí. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO PIAUÍ, 4, Teresina, 1986. **Anais...** Teresina, EMBRAPA-UEPAE de Teresina, 1986. p.36-53.